

“Fürstenprediger” (O Pregador dos Príncipes): Lutero, intelectual político

“Fürstenprediger”: Lutero, intellectual and politician

João Henrique dos Santos

Professor Adjunto do Departamento de História e
Teoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
santosjh@uol.com.br

Resumo: Uma das características do discurso teológico-político de Martinho Lutero é, simultaneamente, sua condenação aos abusos da autoridade eclesiástica e o alinhamento aos poderes seculares, representados pelos príncipes alemães. Isto se tornou mais patente durante o *Bauernkrieg*, a Guerra dos Camponeses, o que lhe rendeu a alcunha de “O Pregador dos Príncipes”.

Palavras-Chave: Martinho Lutero; teologia política; História da Reforma.

Abstract: One of the remarks of the theological-political thought of Martin Luther is, simultaneously, his blaming on the abuses of ecclesiastical authorities and his affiliation to the secular powers, figured by the German princes. This became more evident during the *Bauernkrieg*, the German Peasants' War, when his statements made him be called “The Princes' Preacher”.

Keywords: Martin Luther; political theology, History of the Reformation.

Introdução

Existe uma relação muito próxima entre religião e política nos escritos do reformador alemão Martinho Lutero. Os embates entre Lutero e o Papado não tinham apenas uma dimensão religiosa, mas foram sintoma e causa de um antagonismo que opunha importante parte da nobreza do Sacro Império Romano-Germânico, especialmente os príncipes e nobres alemães, ao Soberano Pontífice.

Essa dimensão tornou-se mais evidente a partir de 1520, quando Lutero escreveu aqueles que são apontados como os “Três Grandes Tratados” ou, mesmo, o “Programa da Reforma”: *Sobre a Liberdade do Cristão*, *Sobre o Cativo Babilônico da Igreja* e a *Carta à Nobreza Cristã da Nação Alemã sobre a melhora do Estamento Cristão*. Sobretudo este último apresenta a simultaneidade de caráter político e religioso que se procurará mostrar ao longo da pesquisa que este projeto propõe.

A excomunhão de Martinho Lutero, em janeiro de 1521, não pode ser entendida como apenas uma sanção religiosa, mas também como uma advertência do Papa Leão X e do Imperador, o recém-eleito Carlos V (eleito em 28 de junho de 1519, somente foi coroado em outubro de 1520), aos nobres alemães que reclamavam, pelo apoio explícito ou velado à causa de Lutero, maior autonomia e ampliação das suas esferas de decisão. Esse contexto particular não pode ser desvinculado de um maior, da crise que envolvia o Sacro Império desde o final do século XV, cuja principal tentativa de superação foi a *Reichsreform*, a Reforma Imperial, proposta pelo *Reichstag* a Maximiliano I em 1495.

Não se pode propor o fracionamento do discurso do Reformador, separando o político do religioso; ao contrário: essas dimensões são indissociáveis. O polemista religioso era, também, agente político, cuja atuação não apenas modificou a História da Igreja como foi fundante da Modernidade. É bastante importante a citação de Olivier Nay: “As consequências da Reforma devem ser analisadas no longo prazo, na escala das grandes mudanças políticas e intelectuais que marcam a história ocidental entre os séculos XVI e XVIII. Sob muitos aspectos, as ideias dos reformadores abrem perspectivas sobre a liberdade humana e o laço social que renovam sensivelmente as concepções do poder” (2007: 184).

Esta comunicação focaliza os escritos de Martinho Lutero entre 1517 e 1530, considerando especialmente os aspectos políticos destes, vinculando-os aos teológicos, na articulação coerente do discurso teológico-político do século XVI. O recorte

temporal justifica-se em razão da inflexão da temática dos escritos de Lutero a partir de 1517 e, sobretudo, a partir de 1520, indo até a Dieta de Augsburgo, em 1530, quando foi apresentada ao Imperador a primeira confissão de fé luterana, a Confissão de Augsburgo.

O período de tempo escolhido é bastante importante na história pessoal de Martinho Lutero e na própria história da Alemanha, abrangendo, na vida pessoal de Lutero, o período que antecede sua excomunhão, em 1521, a tradução da Bíblia para o alemão, cuja finalização somente se deu em 1534, e sua contribuição para a Dieta de Augsburgo, com a redação dos “Artigos de Schmalkalde”¹, entre 1529 e 1530. Do ponto de vista da História da Alemanha, os documentos abrangem o período inicial da Reforma Protestante e seus desdobramentos na esfera do poder secular, com os príncipes aderindo à causa luterana ou combatendo-a duramente; o período de maior turbulência político-religiosa iniciado em 1523 e que teve como ápice a “Guerra dos Camponeses”, o *Bauernkrieg*, entre 1524 e 1525, passando pela aceitação e reconhecimento da Igreja Luterana (ainda que, oficialmente, na Alemanha, jamais tenha recebido formalmente tal designação) e culminando na Dieta Imperial de Augsburgo, em 1530, com a aceitação, pelo Imperador Carlos V, da Confissão de Fé de Augsburgo, a *Confessio Augustana*.

36

Do conjunto de documentos desse período emergem alguns textos que podem, seguramente, ser tomados como mais relevantes, dentre os quais a *Carta à Nobreza Cristã da Nação Alemã sobre a melhora do Estamento Cristão*, de 1520, *Da autoridade secular, até que ponto se lhe deve obediência*, de 1523, seus artigos condenando os reformistas radicais, como Thomas Müntzer e Andreas Carlstadt, entre 1524 e 1525, a saber, *Admoestação para a Paz: uma resposta aos doze artigos dos camponeses da Suábia*, e *Contra os raivosos Camponeses*², e os *Artigos de Schmalkalde*, de 1530, sua contribuição pessoal à Dieta de Augsburgo. Desta forma, o corpo documental escolhido apresenta um panorama bastante amplo e sólido sobre as inter-relações entre teologia e política, ou sobre as apropriações e implicações políticas dos seus escritos.

O objetivo principal é apresentar a relação indissociável entre os escritos religiosos de Martinho Lutero e sua dimensão política. Para além dessa relação direta,

¹ Chamados, também, em parte das traduções, de “Artigos de Esmalcalde”, em um aportuguesamento do nome daquela cidade alemã.

² Esta seção, um acréscimo à 3ª edição da *Admoestação para a Paz*, publicada em Wittenberg, recebeu, nas edições subsequentes, outro título, mais duro, publicado fora de Wittenberg: *Contra as Hordas de Camponeses Ladrões e Assassinos* (cf. BRECHT, 1994: 174-194).

buscar-se-á apresentar de que forma esses escritos foram apropriados e usados politicamente pelos agentes do poder secular, sobretudo na Alemanha. Nay ressalta que “Lutero, por exemplo, pouco se interessa pelas questões que tratam do poder” (2007: 186).

Em uma primeira observação, três elementos políticos distintos emergem dos escritos de Martinho Lutero: a questão da liberdade e da servidão, a questão da obediência e a questão do nacionalismo. Esses três pontos – com especial ênfase para o último – foram bastante explorados pelos atores políticos na área do Sacro Império, especialmente os alemães.

Não se pode esquecer que, no plano doutrinal, o protestantismo contribuiu para reforçar a distinção entre o domínio da religião e o da vida social. A afirmação de Nay, de que “em seus escritos, Lutero e Calvino lembram o caráter divino de todo poder secular” (2007: 187) deve ser lida de forma bastante relativizada, esta é uma formulação de alguns textos, mas que não reflete, em absoluto, o pensamento de Lutero sobre o poder secular. Faz-se necessário enfatizar que os escritos políticos do reformador formulam uma clara distinção entre a vida espiritual e a vida em sociedade, com a fé sendo dependente da consciência individual, enquanto que a lei comum rege a vida social.

Sobre Lutero, o padre jesuíta Ricardo Garcia Villoslada, um dos mais ácidos críticos de Lutero e da Reforma, deste modo se refere à imagem de Lutero:

É muito difícil formular um juízo sintetizante sobre o chamado ‘Reformador’, porque dele se pode afirmar que é isto e o outro; é branco e negro, é vermelho ou é azul, segundo se olhe pelo anverso ou pelo reverso; em momentos parece um anjo e em outros um demônio; aqui se nos apresenta simpático e amável, e ali detestável e odioso; é um teólogo de intuições geniais e também um falastrão irresponsável de falsidades e erros inconcebíveis em um professor de teologia; é um convicto pregador da paz mas quando lhe convém não hesita em pregar a guerra religiosa; enaltece a tolerância e não tolera ao que rechaça suas doutrinas (1990: 4).

De fato, Lutero condenou duramente os que seguiam sua doutrina, mas quiseram levá-la ao extremo, como Müntzer e Carlstadt. Müntzer e os anabatistas foram por ele considerados como “tendo conexões satânicas com os papistas” (GRITSCH, 2002: 41); Carlstadt foi por ele acusado inicialmente de sedicioso e, posteriormente, de herético,

que negaria a presença de Cristo na Ceia (GRITSCH, 2002:41-42). Daí seu estímulo a que os “príncipes cristãos” pusessem fim à rebelião camponesa, o que, efetivamente, ocorreu sob a liderança do protestante Felipe de Hesse e do católico Jorge da Saxônia.

A Historiografia e o “Pregador dos Príncipes”

No século XIX, no nacionalismo alemão, Lutero foi celebrado como herói nacional, em muitas representações, muitas das quais sem qualquer base histórica (STAYER, 2000: 41). Suas declarações fortes sobre os judeus foram encampadas pelos nazistas para justificar a queima de sinagogas. Os ideólogos da comunista República Democrática Alemã intitularam Lutero como indeciso, alguém que, se tinha ideias reformistas, logo se compôs com os poderosos, e não combateu contra eles, como Thomas Müntzer (STAYER, 1994: 7). Para a Igreja Católica Romana, Lutero foi um sedicioso, por cuja culpa grande parte do ocidente se afastou do reto e único caminho, enquanto que para as igrejas evangélicas, Lutero foi um iluminado pela fé.

Em 1520, contudo, há uma nítida inflexão na orientação dos escritos, sobretudo após a redação da *Carta à Nobreza Cristã da Nação Alemã sobre a melhora do Estamento Cristão*, culminando com a ação simultaneamente religiosa e política de queimar a Bula Papal *Exsurge Domine*³ em público em 15 de dezembro. Citando Hannah Arendt, em *Vida Ativa*, “discurso e ação são as modalidades em que os seres humanos se apresentam uns aos outros não como objetos, mas como homens” (Apud RIVA, 2006: 9).

É exatamente essa íntima relação entre o discurso e a ação ou, de que forma a ação se apropriou e deu vida ao discurso que a legitimava ou estimulava, que, no caso dos escritos de Martinho Lutero, esses documentos apresentam. Nas palavras de Carlo Maria Martini, “o ícone da força da palavra, seja da palavra divina, revelada, seja da palavra humana, aponta para a *ligação entre política e religião*; ambas precisam da palavra, não só nas grandes linhas estruturais, mas também em um epifenômeno cotidiano” (MARTINI e MAGGIONI, 2006: 50).

“Encurrular Lutero”, afirma Martin Marty, um de seus biógrafos, “não era item prioritário na agenda papal” antes de sua excomunhão. Contudo, o autor reconhece que não era mais possível ao Pontífice e à Cúria continuarem ignorando o desafio dos agostinianos em Wittenberg, o que motivou a assinatura da Bula *Exsurge Domine*. Diarmaid MacCulloch ressalta que a *Carta à Nobreza Cristã da Nação Alemã*, endereçada não apenas aos príncipes alemães e ao Grande Eleitor Frederico, o Sábio, mas, de modo especial, ao Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Carlos V, indicava de maneira explícita que Lutero não mais desejava manter a unidade com a Igreja Romana, destacando de modo especial que este afirmava que ao contrário de ser

³ Esta Bula, assinada em junho de 1520, dava a Lutero sessenta dias para renegar seus escritos e penitenciar-se, sob pena de excomunhão.

o representante de Cristo na terra, o Papa era um impostor, colocado no lugar pelo demônio: o Anticristo e uma ameaça para o bom governo do Império (MacCULLOCH, 2003: 23).

Desta forma, a ruptura entre os poderes da Alemanha e de Roma serviria aos propósitos de alguns príncipes alemães e de outros estamentos da nação alemã. Nas palavras de Anderson, “a reivindicação papal da *plenitudo potestatis* no seio da Igreja estabeleceu o precedente para as futuras pretensões dos príncipes seculares, com frequência realizadas precisamente contra a exorbitância religiosa daquela” (1995: 27-28). Como afirma MacCulloch, “este [a *Carta à Nobreza...*] é frequentemente chamado um livro ‘nacionalista’” (2003: 47) e será empregado pela nobreza alemã, nacionalistamente, em defesa de seus interesses, contra os do papado e também contra os do Imperador do Sacro Império Romano-Germânico.

Lucien Febvre traça o seguinte panorama acerca da Alemanha no alvorecer do século XVI, a que ele chama de “Alemanha de Lutero”:

A Alemanha de 1517: terras férteis, poderosos recursos materiais, cidades orgulhosas e opulentas; trabalho, iniciativa, riquezas; mas de maneira nenhuma a unidade, quer moral, quer política. Uma anarquia. Milhares de vontades, muitas vezes contraditórias.

(...)

Em um canto dessa Alemanha vivia, em 1517, um homem obscuro, desconhecido; monge que em uma biografia geral dos agostinianos não mereceria uma referência de apenas cinco linhas. Esse homem, em poucos meses, ia tornar-se um herói nacional. Vale a pena perguntar se um estudo da carta política e moral da Alemanha daquele tempo podia fazer prever uma tal aventura, as suas probabilidades de êxito e as suas possibilidades de duração (1998:95).

Febvre ainda aponta, no caso alemão, a superioridade dos príncipes sobre o Imperador. Eram, em suas palavras, “homens de um só desígnio e de uma só terra, não tinham nenhuma política mundial a seguir, nenhuma política ‘cristã’ a conduzir” (FEBVRE, 1998: 97). A ausência de um soberano nacional na Alemanha, em meio a uma Europa que já então se encontrava organizada em torno de soberanos nacionais, conduzia aquela nação a ser um “Estado principesco”, daí a razão da superioridade dos príncipes sobre o Imperador, que, ainda citando Febvre, “não era mais que um nome em

um Império que não era mais que um marco” (1998: 96). De certo modo, segue a afirmação que, no seu *Essai sur l'histoire generale et sur les moeurs et l'esprit des nations* (1756), Voltaire usou para descrever o Sacro Império Romano: uma “aglomeração que não é nem sagrada, nem Romana, e nem um Império”.

De modo especial, os escritos políticos de Lutero constituem-se em matriciais para o que se poderia chamar de “individualismo político”. Neste campo, é necessário atentarmos para a contribuição importante de Gabriella Cotta, em sua obra *La Nascita dell'Individualismo Político: Lutero e la Politica della Modernità* (2002). Nesta obra, Cotta entende que “o pessimismo antropológico de Lutero está na origem da política moderna”. É identificada no pensamento de Lutero uma das passagens fundamentais daquela transformação filosófica radical destinada a incidir no âmbito religioso, político, jurídico e ético que sinalizam a inauguração da Idade Moderna. Se a visão política de Maquiavel é portadora de uma imagem da natureza humana, sempre pronta à superação, ao engano e à traição – ainda ambivalente, em Lutero os pressupostos antropológicos se radicalizam na teorização de um pessimismo ontológico denso de importantes consequências no campo político, social e ético. Lutero coloca a vida espiritual como tendo primazia sobre a vida terrena, sendo o lugar privilegiado da liberdade cristã. Sobre a prática da fé pelo homem, a coação do poder exterior não tem nenhum direito (NAY, 2007: 184-188). Salvatore Veca assinala que “se efetua um deslizar significativo no modo de pensar o ‘moderno’ (seja o processo de formação dos estados, da liberdade moderna contra a autoridade)” (1996: 24).

Destacando-se da tradição do pensamento clássico-cristão precedente, que sustentava a sociabilidade natural dos indivíduos e a sua natural tendência à procura do próprio bem e do bem comum, a antropologia luterana põe no centro da investigação sociopolítica a maldade intrínseca do homem e, deste modo, sua inevitável conflitividade; uma linha que levada a cabo por Hobbes constituir-se-á em um dos principais destinos políticos da modernidade.

Indubitavelmente, muito da visão de Lutero é herdada de Santo Agostinho, que estabeleceu a distinção entre as duas cidades, a “Cidade dos Homens” e a “Cidade de Deus”, com esta superior àquela. Como lembra Voegelin (2002: 51), “um dos fatores mais importantes para a formação das comunidades intramundanas foi a clivagem da *ecclesia* a partir das linhas do espiritual e do temporal. Esta oposição irá encher-se historicamente de numerosos significados diferentes”.

Quentin Skinner (2005: 12) sustenta que “a teologia luterana carrega consigo duas implicações políticas, da maior importância, que juntas indicam ao máximo o que é distintivo e influente sobre seu pensamento social e político”. Skinner desenvolve essas implicações (2005: 12-19), que podem ser sumarizadas na indicação dos dois pontos indicados: a negação de que a Igreja tenha poderes jurisdicionais e, portanto, tenha o direito de regular aspecto da vida cristã; e a defesa da autoridade

secular, esta como necessidade de preencher o vácuo causado pelo afastamento da Igreja da esfera jurisdicional do poder secular. Salvatore Veca, no verbete “Política” da *Enciclopédia Einaudi*, escreve que “o grande projeto de reforma da autoridade não esconde a sua vocação de ‘parricídio’: o problema não pode ser senão o de cortar a cabeça ao rei” (1996: 24).

Essa separação entre o poder secular e o poder espiritual, como já era enunciado por ele na *Carta à Nobreza Cristã*, é o ponto maior da perspectiva política de seus escritos, especialmente em seu livro *Sobre a autoridade secular*, de março de 1523, o qual traz, em sua sessão central, a questão da tensão entre os deveres iguais de desobediência ao e de não resistência à tirania, sempre que o tirano compelir seu súdito a descumprir os mandamentos de Deus. A posição defendida nessa obra, de que “a tirania não deve ser resistida, mas suportada” (LUTERO, 2000: 10), será por ele abandonada quando parecia que os exércitos imperiais extinguiriam a nascente igreja luterana.

Evans, em sua discussão acerca da autoridade nos debates da Reforma, ressalta a importância da posição de Lutero acerca das “duas espadas” (a secular e a espiritual) às quais o cristão estaria submetido (2002: 205-206).

Em *Sobre a Autoridade Secular*, Lutero inicia fazendo uma vinculação entre esse escrito e a *Carta à Nobreza Cristã*, ao afirmar “algum tempo atrás, escrevi um panfleto à nobreza alemã. Nele, eu estabeleci suas tarefas e deveres como cristãos” (HÖPFL, 2005: 6). Nessa obra, divide “os filhos de Adão em duas partes: os primeiros pertencentes ao Reino de Deus e os segundos ao Reino do mundo” (LUTERO, 2000: 4). Insiste ele na superioridade da espiritual sobre o temporal, do sagrado sobre o mundano e no estabelecimento da ordem secular por mandato divino. Este documento foi escrito com distúrbios ocorrendo na Alemanha, um ano antes da eclosão da Guerra dos Camponeses, para cujo final dramático e sangrento Lutero viria a cooperar (ENGELS, 1926: 57), opondo-se a seus antigos seguidores Thomas Müntzer e Andreas Carlstadt.

Skinner afirma que “ele compartilhava com outros reformadores o medo comum a eles de que suas demandas por mudança religiosa poderiam tornar-se associadas ao radicalismo político e, em consequência, desacreditadas” (2005: 17).

Alimonda, citando Cesare Cantù, lembra que “a política saída do protestantismo não crê em uma vontade ou consciência geral superior ao individual; não um soberano de direito, mas somente indivíduos independentes. (...) Não se lançará em avanços, mas colocará a sua perfeição no repartir justamente a soberania entre os poderes de fato” (1888: 25).

Para a maioria dos historiadores marxistas desde o século XIX, Lutero não foi um teólogo ou um religioso, mas um agitador popular, filho de camponês que compartilhava das aspirações de seu povo oprimido pela burguesia latifundiária, que soube guiá-lo à revolta. Por esta perspectiva, a Reforma não é senão o disfarce religioso da crise econômico-social. É de se salientar que aderem à Reforma membros das mais diversas classes sociais: camponeses, artesãos, burgueses, nobres e príncipes, “substancialmente, homens que tinham interesses econômicos opostos” (MARTINA, 1997: 55-56).

Esta tese foi, de acordo com Otto Pesch, reforçada nos anos anteriores a 1983, ano jubilar de Lutero, concebendo “a reforma eclesial feita por Lutero como expressão ideológica de transformações sociais e econômicas já em movimento ou, ao menos, maduras, transformações que Lutero teria, de certo modo, favorecido, em parte novamente bloqueado, sobretudo na ocasião da guerra dos camponeses” (2007: 54). Friederich Engels fez as seguintes considerações acerca da atuação de Lutero quanto à Guerra dos Camponeses (1926: 20): “Lutero colocou uma poderosa ferramenta nas mãos do movimento plebeu traduzindo a Bíblia. (...) Os camponeses fizeram um largo uso desse instrumento contra os príncipes, a nobreza e o clero. Agora, Lutero voltava-a contra os camponeses, extraindo da Bíblia um verdadeiro hino a favor da ordem divinamente estabelecida”.

Pesch sustenta que existe, ainda, a tese da “revolta contra a Igreja”, que recebeu novo impulso “dentro das tentativas de se entender a Reforma protestante como uma ‘revolução’” (2007: 44). Esse autor não vê tal concepção como nova, mas com raízes fundadas profundamente no século XVIII, na imagem de Lutero traçada pelo Iluminismo, e no século XIX, aliando-se aos valores nacionalistas “do estado germano-prussiano em vias de formação”. É, igualmente, o que defende James Stayer em sua obra *Martin Luther: German Saviour* (2000), ao mostrar como sua teologia foi usada politicamente pelas Igrejas e pelo Estado na Alemanha no início do século XX.

Houve uma Reforma ou uma Revolução Protestante? Steven Ozment defende que a Reforma foi o nascimento de uma revolução, sustentando este argumento com a afirmação de que “se diz ocorrer revoluções quando existem mudanças largas, fundamentais e duradouras em importantes aspectos do comportamento de um povo e em aspectos principais das instituições de uma sociedade” (1991: 12). Benedetto Croce, em sua obra *História como História da Liberdade*, concorda com Meinecke, que definiu a Reforma como “a primeira grande revolução moderna devida à Alemanha”, argumentando, porém que “a Reforma, na época que é denominada a partir dela, foi muito mais um grande fermento que uma revolução espiritual, que no final é sempre operada pela razão – razão que é o próprio caráter do homem e o princípio único de seu progresso e de suas revoluções” (2006: 111).

Referências bibliográficas

- ALIMONDA, Gaetano (1988). *Lutero e l'Italia*. Torino, Tipografia Salesiana.
- ANDERSON, Perry (1995). *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo, Brasiliense.
- COTTA, Gabriella (2002). *La Nascita dell'Individualismo Político: Lutero e la Política della Modernità*. Bolonha, Il Mulino.
- CROCE, Benedetto (2006). *História como História da liberdade*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- ENCICLOPEDIA Einaudi (1996). *Política: Tolerância/Intolerância*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda. v. 22.
- ENGELS, Frederick (1926). *The Peasant War in Germany*. Moscou, International Publishers.
- EVANS, G. R. (2002). *Problems of Authority in the Reformation Debates*. Cambridge, Cambridge University Press.
- FEBVRE, Lucien (1998). *Martin Lutero: un destino*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica.
- GRITSCH, Eric. W. (2002). *A History of Lutheranism*. Minneapolis, Fortress Press.
- HÖPFL, Harro (ed.) (2005). *Luther and Calvin on Secular Authority*. New York, Cambridge University Press.
- LUTERO, Martinho (2000). *Política, Fé e Resistência (Da autoridade secular, até que ponto se lhe deve obediência)*. São Leopoldo, Sinodal.
- _____. *Obras selecionadas* (2001) São Leopoldo, Sinodal. v. 2.
- MacCULLOCH, Diarmaid (2003). *The Reformation – a History*. New York, Penguin Books.
- MARTINA, Giacomo (1997). *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias*. São Paulo, Loyola, 1997. 4 v. <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/search.php>
- MARTINI, Carlo Maria e MAGGIONI, B. (2006). *A Política e a Palavra*. Bauru, EDUSC.
- NAY, Olivier (2007). *História das Ideias Políticas*. Petrópolis, Vozes.
- OZMENT, Steven (1991). *Protestants: The Birth of a Revolution*. New York, Image Books.
- PESCH, Otto Hermann (2007). *Martin Lutero: Introdução Storica e Teologica*. Roma, Queriniana.
- SKINNER, Quentin (2005). *The Foundations of the Modern Political Thought*. New York, Cambridge University Press. 2 v.
- STAYER, James M. (2000). *Martin Luther, German Saviour*. Oxford, MacGilligan Books.
- VILLOSLADA, Ricardo García (1990). *Lutero Visto por los Historiadores Católicos del Siglo XX*. Madrid, F.U.E.
- VOEGELIN, Eric (2002). *As Religiões Políticas*. Lisboa, Vega.

Artigo recebido em 30 de março de 2014.

Aceito em 20 de junho de 2014.